



## ATA DA DUCENTÉSIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 30.05.2011

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e onze, às dezoito horas e trinta e seis minutos, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, Rua Araranguá, 397, América, realizou-se a ducentésima quarta Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS-Jlle, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida procedeu à leitura da Pauta do dia: **1-EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **1.2** Aprovação das atas das assembleias dos dias 11.06.07 e 18.04.11; **As atas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes. 1.3** Convite aos conselheiros : *Fórum: Propostas aprovadas na 8ª Conferência Municipal de Saúde-ações realizadas – 31.05.11 – das 18:30 às 20:30 horas no Plenarinho da Câmara de Vereadores; 2-ORDEM DO DIA: 2.1* Apresentação da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao 1º trimestre de 2011 – Equipe da Secretaria – 60' ; **2.2** Apresentação da revisão do Plano de Ação Municipal e da Prestação de Contas do Plano Municipal da Vigilância Sanitária e Ambiental referente ao ano de 2010 – Equipe VISA – 30'; **3-ASSUNTOS DIVERSOS 4- INFORMES GERAIS. A Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes**, considerando uma inversão entre os itens 2.1 e 2.2. **2.1** Senhora Mara Lucia Monteiro, coordenadora da Vigilância Sanitária Ambiental e Serviços de Inspeção Veterinária, cumprimentou todos os presentes, e informou que sua apresentação conterà a prestação de contas referente ao ano de dois mil e dez, e também alguns ajustes necessários no Plano de Ação, para encaminhamento ao Estado. Esclareceu que a Vigilância pactua suas ações de acordo com o nível de complexidade, sendo que ações de alta complexidade são de responsabilidade do Estado, ficando as ações de média e baixa complexidade sob a responsabilidade do município, porém conforme preconizado pela Portaria nº 399 (trezentos e noventa e nove), na pactuação com a CIB-Comissão Intergestora Bipartite, esses critérios não foram respeitados, diante do que foi encaminhado ofício, justificando que o município cumpriria as ações dentro do possível. Citou as Portarias 325.209 e 1.106 , ambas do ano de 1998, que regulamentam o repasse de recursos tanto para o bloco de Vigilância em Saúde-VISA, como para a Vigilância Sanitária-VS especificamente, e também demonstrou que existem dois tipos de arrecadação de recursos para a VS, através de repasse Fundo a Fundo, do Ministério da Saúde-MS, sendo o primeiro o piso estruturante, destinado à estruturação de serviços (aluguel, equipamentos, etc), onde se recebe R\$ 0,36 (trinta e seis centavos) por habitante/ano, e o segundo o piso estratégico, destinado ao desenvolvimento das ações, onde se recebe R\$ 0,21 (vinte e hum centavos) por habitante/ano. Pontuou que para cumprimento de metas, as ações estruturantes, são divididas em blocos, onde a VS precisou comprovar a existência da VISA municipal, através da Lei nº 8080 (oito mil e oitenta), e por apresentar o organograma da Secretaria Municipal de Saúde-SMS, além do Código Sanitário, que existe desde mil novecentos e noventa e três. Disse que também foi apresentado a comprovação de lotação de funcionários, apontando a necessidade de mais um fiscal para inspeção veterinária, um fiscal para vigilância sanitária, e um médico veterinário. Quanto à comprovação da existência do espaço físico, explicou que ao redigir o Plano, no ano de dois mil e nove, havia a intenção de mudança, a fim de pagar um aluguel mais barato, para o que foi pactuado um valor de cinquenta por cento R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais), porém, a mudança não foi realizada, devido à dificuldade de encontrar um prédio localizado no centro da cidade, com acessibilidade, e valor de aluguel razoável, diante do que, está-se propondo o aumento do valor do aluguel para R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil Reais), sendo o montante correspondente a cinquenta por cento do valor anual. Em relação à comprovação de recursos materiais, para execução dos serviços, citou os gastos com carro, especificando que no ano de dois mil e nove eram quatro (dois próprios e dois contratados), e no ano de dois mil e dez, em atenção a uma solicitação, acrescentou-se mais dois carros contratados, sendo a soma de gastos um total de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil Reais); quanto aos equipamentos e aparelhos, informou que o setor financeiro da SMS está realizando as compras, sendo que a previsão é que para o ano de dois mil e onze, todos os equipamentos tenham sido adquiridos, e alguns aparelhos já foram adquiridos; em relação a aquisição de mobiliário, foram adquiridos quatro estantes, porém por não haver lugar para acomodação dos mesmos, a aquisição de mais mobiliários está suspensa, sendo que serão retomadas no momento em que se realizar a mudança do setor; em relação aos impressos solicitados, foi



55 confeccionada uma faixa para a divulgação de um Seminário. Também mencionou que foi adquirido um novo sistema, a fim de atender às necessidades da VS, e ao mesmo tempo alimentar o sistema de informações do Estado. Houve também capacitações, de acordo com o previsto, nas áreas de atuação da VS: ensino, saúde, alimentos, medicina veterinária e saneamento. Apresentou os valores previstos para gasto com as ações estruturantes no ano de dois mil e nove: R\$ 178.632,00 (cento e setenta e oito mil seiscentos e trinta e dois Reais), porém, visto ser um valor de habitante/ano, com a atualização do número da população do município, este valor foi reajustado para R\$ 195.417,20 (cento e noventa e cinco mil quatrocentos e dezessete Reais e vinte centavos), sendo a soma das despesas R\$ 124.540,00 (cento e vinte e quatro mil quinhentos e quarenta Reais), restando um saldo positivo de R\$ 70.000,00 (setenta mil Reais). Quanto às ações estratégicas, demonstrou que a previsão de recursos era de R\$ 100.880,72 (cem mil oitocentos e oitenta Reais e setenta e dois centavos), mas com a atualização da população, o recurso foi de R\$ 110.359,59 (cento e dez mil trezentos cinquenta e nove Reais e cinquenta e nove centavos), sendo a soma de despesas de R\$ 83.727,96 (oitenta e três mil setecentos e vinte e sete Reais e noventa e seis centavos), restando saldo positivo de R\$ 26.631,63 (vinte e seis mil seiscentos e trinta e um Reais e sessenta e três centavos), somando um total de recurso positivo, de R\$ 97.508,63 (noventa e sete mil quinhentos e oito Reais e sessenta e três centavos). Na sequência, senhora Mara passou a apresentar proposta de alteração de alguns itens no Plano de Ação. Com respeito à vigilância da qualidade da água, pontuou que foi pactuado cem por cento de soluções alternativas, porém no município a VS é responsável pelas situações de uso coletivo, sendo as soluções alternativas de responsabilidade dos postos individuais, ou seja, o proprietário do poço é responsável pela qualidade de sua água. Esclareceu portanto, que o montante de cem por cento pactuado, refere-se ao de uso coletivo. Quanto aos medicamentos cosméticos e produtos da saúde, explicou que foi pactuado cem por cento, porém a indústria farmacêutica é de responsabilidade do Estado, por tratar-se de uma vistoria de alta complexidade, cabendo ao município os produtos de saúde, mas acrescentou que o objetivo é que a partir deste ano, a fim de habilitar os fiscais do município, os mesmos acompanhem o trabalho realizado pelo Estado. Em relação aos estabelecimentos de produtos veterinários ou agrotóxicos, considerou que medicamentos veterinários em Joinville são vistoriados pelo Ministério da Agricultura. Relativo ao serviço radiodiagnóstico por imagem extra hospitalar, expôs que é uma meta pactuada pelo município, que precisa ser cumprida, porém a VS não dispõe de profissional habilitado para a realização deste tipo de vistoria. Senhora Corina representante do Estado, prestou esclarecimentos, dizendo que o Estado está firmando Convênio com uma escola técnica federal da Bahia, onde existe um curso de física médica, a fim de realizarem treinamento de capacitações com os técnicos do Estado, e além disso, estão previstas para o segundo semestre, capacitações direcionadas aos profissionais dos municípios. Quanto aos serviços de quimioterapia, senhora Mara esclareceu que o município realiza as vistorias relativas ao que é extra hospitalar, sendo as vistorias intra hospitalares de responsabilidade do Estado, por se tratar de vistoria de alta complexidade. Expôs que a VS tem cumprido oitenta e cinco por cento da meta geral, e se levar em consideração a emissão do *Habite-se*, um tipo diferente de Alvará Sanitário, alcançou-se cento e três por cento das metas pactuadas. **Manifestações:** conselheiro Josafá Távora demonstrou preocupação com a infestação de caramujos africanos, sugerindo que fosse feita uma ação de educação à população. Senhora Mara disse que ano passado foi realizada uma capacitação com os conselheiros de saúde, onde foi esclarecido o papel da VS, porém este tema é um assunto de competência da Vigilância Ambiental. A Presidente questionou sobre a aquisição dos “kits fiscais”, que estão sendo reivindicados pelos fiscais desde o ano de dois mil e nove, mas que até agora não houve a contemplação. Perguntou também sobre os materiais que ainda não foram adquiridos, se a compra será feita com a verba da VISA ou com verba da Portaria. Relacionado ao espaço físico, perguntou se não existe um terreno público disponível, com localização central, onde possa ser construída uma sede própria, sendo assim uma solução definitiva, bem como a aquisição de veículos próprios em vez da prática do aluguel. Perguntou também qual é a real demanda de profissionais necessários para o município. Referente aos *Kits*, senhor Wilson Meier, gerente da unidade administrativa e financeira da SMS, esclareceu que há uma certa dificuldade por se tratar de itens que não fazem parte da compra regular da Secretaria, portanto é necessário se fazer certas especificações, sendo que agora está em processo de licitação. Senhora Mara esclareceu que este *kit* é composto de uma pasta, onde o fiscal

poderá carregar um jaleco, luvas, a legislação, e demais materiais necessários para se realizar as vistorias, mas considerou que as fiscalizações não deixam de ser feitas por falta destes kits. Em relação à compra de materiais, especificou que para algumas coisas está sendo usado o recurso da VISA, porém, provavelmente a SMS terá de complementar os valores, pois serão compras de alto valor financeiro, como computadores, aparelhos, etc. Quanto à construção de um prédio, respondeu que isso não é de sua competência, quem poderia responder é a própria Prefeitura, porém acrescentou que foi solicitado se haveria um prédio pertencente à Prefeitura onde a VS poderia se instalar, e a resposta foi negativa. A Presidente sugeriu o encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI. **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes**, sendo que o conselheiro Sérgio Sant'anna registrou voto contrário. **2.2** Michele de Souza Andrade, gerente da unidade de planejamento, controle, avaliação e auditoria da SMS, cumprimentou todos presentes, e passou a apresentar a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde referente ao primeiro trimestre do corrente ano, seguida pelo senhor Wilson Meier, gerente da unidade administrativa financeira da SMS, que apresentou a prestação de contas financeira, conforme anexos I e II desta ata. **Manifestações:** conselheiro Sérgio demonstrou preocupação com os números de demandas reprimidas, dizendo que em muitos casos quando o paciente finalmente consegue a consulta ou o exame, o problema já se agravou grandemente, devido à longa espera, e acrescentou que este é um motivo de a medicina particular crescer a passos largos em Joinville. Citou seu próprio caso como exemplo, onde deixou de fazer o exame no Laboratório Municipal, para fazer em clínica particular, pelo valor de R\$ 10,00 (dez Reais), onde, segundo ele, o atendimento foi excelente. Conselheiro Julio Theodoro Moraes, teceu elogios à SMS, dizendo que o sistema está mais ágil em certos aspectos, e também questionou se há alguma ação prevista para diminuir demanda reprimida em certos exames. Doutor Tarcísio Crocomo, secretário municipal de saúde, lembrou que todos os exames pagos pela SMS, são a preço de Tabela SUS, e a Secretaria negocia o máximo possível, a fim de conseguir o melhor preço. Também pontuou que a qualidade do Laboratório Municipal é excelente, apenas atende a um grande volume de pessoas, o que leva a uma fila de espera de algumas horas, em alguns casos, porém, todas as pessoas são atendidas. Disse que já houve avanços na diminuição da demanda reprimida, porém ainda há muito o que melhorar, mas considerou que existem médicos reguladores, que em casos emergenciais, o paciente é colocado como prioridade de atendimento. A Presidente citou a proposta apresentada pela SMS de estabelecer postos de coleta nas Regionais, sendo que em alguns casos, o local até mesmo já está alugado, porém o serviço ainda não está efetivado, como por exemplo a unidade do bairro Vila Nova, e perguntou como está este processo. Também questionou o motivo de estar aumentando a contratação de rede privada, bem como a situação das cirurgias ginecológicas e de vasectomia, e exames oftalmológicos, além dos exames de ultrassonografia, em que existe um aparelho ocioso na Maternidade Darcy Vargas. Referente à parte financeira, disse que não constava a prestação de contas do controle social, e perguntou também como é feito pagamento das horas extras dos funcionários e do pró-labore. Perguntou ainda se o pagamento aos fornecedores está em dia, e em caso de atraso, qual a perspectiva de pagamento. Doutor Tarcísio esclareceu que foi duplicada a capacidade do Laboratório Municipal, e aumentou também o teto para os terceirizados e, quanto aos postos de coleta, o processo é lento, pois é necessário conseguir funcionários, equipamentos, mobília, mas que tudo está sendo encaminhado. Em relação ao pró-labore, disse que entre as medidas tomadas pela Prefeitura, divulgadas recentemente, está a sua regulamentação, e especificou que entre os funcionários da SMS que o recebem, estão apenas os médicos e dentistas dos Pronto Atendimentos-PAs. Falou ainda que a Secretaria tem sugestões quanto a maneira de essa regulamentação acontecer, como por exemplo, que o profissional seja avaliado, mas considerou que é uma questão importante, *“se hoje nós temos dificuldades em contratar médicos, eu tenho certeza que se esse recurso for retirado, ... nós vamos perder mais profissionais”*, concluiu. Senhora Michele completou que os laboratórios produziram um pouco menos, devido ao recesso, e também porque os meses de janeiro e fevereiro muitos funcionários pegam férias, e não por ter aumentado a contratação de laboratórios privados. Em relação à unidade do Vila Nova, esclareceu que antes de iniciar a greve dos servidores públicos, havia a necessidade de aquisição de móveis, e com o início da greve, os profissionais precisaram ser relocados para outros lugares, como a própria unidade, mas a expectativa é que com o término da greve, a situação se restabeleça, e o atendimento aconteça normalmente.



160 Quanto ao aparelho de ultrassonografia ocioso, disse que a Maternidade Darcy Vargas não dispunha  
de profissionais para realizar os exames para a Secretaria, mas a situação está sendo contornada com  
a contratação de mais médicos a fim de otimizar o uso do aparelho, mas acrescentou que uma  
dificuldade que a SMS tem nesta questão, é que a falta a essas consultas é de trinta por cento. Quanto  
165 à cirurgias ginecológicas, respondeu que são realizadas pelo Hospital Regional Hans Dieter Schmidt,  
onde existem dois cirurgiões ginecológicos, e a SMS tem mais dois cirurgiões que realizam  
procedimentos no Hospital Bethesda, e que aguardam a conclusão da reforma do centro cirúrgico  
deste Hospital a fim de retomarem suas atividades, e os procedimentos de vasectomia são realizados  
no Hospital Bethesda, e a oferta é acima da demanda. Relacionado ao exame oftalmológico, disse que  
170 o PAM dispõe de profissionais capacitados para isso, mas não possui o aparelho, para o qual está-se  
buscando recurso a fim de realizar a compra. Senhor Vilson, esclareceu que os pagamentos aos  
fornecedores são realizados em ordem cronológica e por blocos, sendo que uns blocos estão em dia, e  
outros estão um pouco mais atrasados, porém os fornecimentos não estão sendo prejudicados pelo  
atraso. A Presidente sugeriu que esta prestação de contas fosse encaminhada à Comissão de  
Assuntos Internos-CAI. **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros**  
175 **presentes.** Em seguida a Presidente apresentou as propostas discutidas na assembleia trimestral de  
conselhos locais de saúde, realizada em vinte e seis de maio de dois mil e onze. Quanto ao impacto  
causado pela atual situação de greve dos servidores públicos municipais, foi proposto a criação de  
uma Comissão, composta pelos seguintes órgãos: Conselho Municipal de Saúde, Ordem dos  
Advogados do Brasil, Ministério Público, Defensoria Pública Federal, Centro de Direitos Humanos,  
180 sendo que tal Comissão deverá reunir-se com a Prefeitura e o Sindicato dos Servidores Públicos, a fim  
de identificar os impactos negativos da greve, e também encaminhar uma solicitação a ambos, Prefeito  
e Sindicato, de que seja respeitado o direito constitucional, de que todos tenham acesso à saúde.  
Quanto à falta dos usuários as consultas pré agendadas, foi proposto: que se promovam campanhas  
educativas e de conscientização anual, informando aos cidadãos quanto é oferecido à população, e  
185 quanto é desperdiçado com as faltas -a exemplo do trabalho realizado pelo Conselho Local de Saúde  
do Itaum- através de conversação na fila de espera, e da fixação de cartazes; que o CMS-Jlle utilize  
espaço na mídia, com o objetivo de conscientização; que se desenvolvam projetos de educação nas  
escolas; que se encaminhe ofício ao Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Secretaria  
Estadual de Saúde e Conselho Estadual de Saúde, para que se realize uma campanha educativa para  
190 redução de faltas a consultas, mostrando que nestes casos o dinheiro público está sendo  
desperdiçado; que se realize uma pesquisa para identificar o motivos das faltas, que ajudem a se tomar  
medidas a fim de equacionar o problema. **As propostas foram aprovadas pela maioria dos**  
**conselheiros presentes. JUSTIFICATIVAS DE FALTAS 1) Movimento Popular de Saúde de SC-**  
195 **MOPS, justificando ausência de seus representantes na assembleia geral extraordinária do dia**  
**28.02.2011, por haver reunião ordinária do MOPS-SC na mesma data e horário; A justificativa foi**  
**aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 2) Núcleo de Gestores da ACIJ, justificando**  
**ausência de seus representantes na assembleia geral ordinária do dia 28.03.11, devido a outra reunião**  
**na mesma data; A justificativa foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 3) 23ª**  
200 **Gerência de Saúde, na assembleia do dia 18.04.2011, visto que o representante titular da Instituição**  
**foi exonerado do cargo, e o suplente estava em compromissos profissionais; A justificativa foi**  
**aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. 4) Associação Brasileira de Enfermagem-**  
**ABEN, na assembleia do dia 30.05.11, por motivo de trabalho; A justificativa foi aprovada pela**  
**maioria dos conselheiros presentes. INFORMES GERAIS 1) Ofício nº 142/2011-**  
205 **GUPCAA/PROGRAMAÇÃO (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria),**  
**recebido em 31.03.2011, encaminhando para análise do CMS-Jlle, legislação que regulamenta o**  
**processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde-**  
**CEBAS- Saúde; 2) Ofício nº 127/2011- GUPCAA (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle,**  
**Avaliação e Auditoria), recebido em 04.04.2011, solicitando Parecer do CMS-Jlle quanto a solicitação**  
210 **de credenciamento do Hospital Materno Infantil Dr Jeser Amarante Faria, para serviço de assistência**  
**de alta complexidade em Neurocirurgia; O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI**  
**foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes. 3) Ofício nº 082/2011- ARCD (Associação**  
**de Reabilitação da Criança Deficiente), recebido em 06.04.2011, encaminhando estatística geral de**



atendimento referente ao mês de março de 2011; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 4) Correspondência do senhor Douglas Calheiros Machado, recebido em 08.04.2011, solicitando que o CMS-Jlle requisi-  
215 detalhamento de conteúdo programático à Coordenação do Curso de Medicina da Univille, em vista da inexistência de disciplinas que contemplem aspectos relacionados ao SUS; 5) Correspondência da Associação Abrigo Animal, recebida em 12.04.2011, encaminhando prestação de contas referente aos  
220 meses de janeiro, fevereiro e março de 2011; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 6) Memorando Interno nº 010/2011, da Contabilidade, recebido em 20.04.2011, encaminhando ao CMS-Jlle, os Relatórios de fechamento contábil de março 2011; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 7) Ofício nº 177/11, da Maternidade Darcy Vargas, recebido em 27.04.2011, encaminhando ao CMS-Jlle Relatório Bimensal, correspondente aos  
225 meses de janeiro e fevereiro de 2011; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 8) Ofício nº 12/2011, do CLS São Marcos, recebido em 27.04.2011, solicitando providências do CMS-Jlle, relativo a empresa instalada neste bairro, no ramo de processamento de concreto, que vem causando problemas com poluição; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Externos-CAE foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 9) Ofício nº 3.245/2011, da CIS-AMUNESC, recebido em 29.04.2011, encaminhando ao CMS-Jlle o Relatório de Atividades 2010 e o Planejamento 2011; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 10) Ofício nº 211/2011- GUPCAA (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 05.05.2011, solicitando inclusão de cláusula, referente a  
235 obrigações da SMS, no Programa do Centro de Especialidades Odontológicas-CEO tipo III; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 11) Parecer nº 103, de 18 de abril de 2011, da Procuradoria-Geral do Município de Joinville, em resposta do Memorando Interno nº 121/2010 do CMS, o qual solicitava Parecer Jurídico referente a possibilidade de transferir verba de emenda parlamentar destinada a  
240 construção de novo hospital regional na zona Sul de Joinville, para reforma e ampliação do Hospital Municipal São José; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 12) Ofício nº 252/11-GUPCAA- (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 26.05.11, encaminhando ao CMS solicitação de habilitação do Hospital Municipal São José em atendimento a pacientes sob cuidados  
245 prolongados; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 13) Memorando Interno nº 010/2011, recebido em 19.05.2011, da Contabilidade, encaminhando ao CMS-Jlle os relatórios contábeis de abril de 2011; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos-CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 14) Ofício nº 246/2011- GUPCAA-PROGRAMAÇÃO (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 19.05.2011, convidando os  
250 representantes da Comissão de Acompanhamento da Contratualização Hospitalar do Bethesda, para reunião no dia 27.05.2011; 15) Ofício nº 234/2011- GUPCAA-PROGRAMAÇÃO (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 19.05.2011, convidando os representantes da Comissão de Acompanhamento da Contratualização Hospitalar do HRHDS, para  
255 reunião no dia 26.05.2011; 16) Ofício nº 240/2011- GUPCAA-PROGRAMAÇÃO (Gerência da Unidade de Planejamento, Controle, Avaliação e Auditoria), recebido em 19.05.2011, convidando os representantes da Comissão de Acompanhamento da Contratualização Hospitalar do MDV, para reunião no dia 26.05.2011; 17) Memorando nº 392/2011, da Gerência da Unidade de Serviço de Referência, recebido em 26.05.2011, prestando esclarecimentos referente a denúncia feita sobre o  
260 SOIS-Serviços Organizados de Inclusão Social; **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Externos-CAE foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 18) III Conferência Municipal dos Direitos dos Idosos, a se realizar nos dias 15 e 16 de junho de 2011, no Auditório da Faculdade Anhanguera, Rua Florianópolis, nº100- Bucarein; 19) IV Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional, a se realizar no dia 01.06.2011, no Auditório da Faculdade Anhanguera, Rua Florianópolis, nº100- Bucarein. Informações: (47) 3802-3799, ou pelo e-mail:  
265



[comseanjoinville@gmail.com](mailto:comseanjoinville@gmail.com); **20**) Videoconferência sobre a 14ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá no dia 1º de junho de 2011, das 10h às 13h, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Para participar, basta acessar o site do CNS: [www.conselho.saude.gov.br](http://www.conselho.saude.gov.br); **21**) Ofício nº 294/2011-15PJ/JOI (15ª Promotoria Pública de Joinville), recebido em 23.05.2011, solicitando ao CMS envio de fotocópia do relatório da auditoria realizada pelo DENASUS no HMSJ, bem como Resoluções emitidas pelo Conselho, referente ao Plano Operativo, firmado entre HMSJ e SMS; **22**) Relatório de participação na XVI Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, realizada em Brasília, entregues pela conselheira Bruna Heinz de Souza, e na Plenária Estadual de Conselhos, entregue pelo conselheiro José Declarindo dos Santos; **23**) Ofício nº 145/2011, da ARCD, indicando como seus representantes os conselheiros Júlio Theodoro Moraes, e Tamara Rodrigues Pato Salles, titular e suplente, respectivamente, a partir de 15.04.11; **24**) Ofício nº 158/2011, do SINDSAÚDE, indicando a senhora Mari Estela Neikel Eger, em substituição ao senhor Valério Rodrigues. A Presidente convidou todos a se fazerem presentes no Fórum a se realizar no dia trinta e hum de maio, no Plenarinho da Câmara de Vereadores, que tratará do tema: Propostas aprovadas na 8ª Conferência Municipal de Saúde- ações realizadas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMS-Jlle Cleia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a ducentésima quarta Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta e sete minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Michele de Souza Andrade, Fabrício Machado, Heloísa Hoffmann, Corina Charlotte Keller, Heloisa Walter de Oliveira, Mirele Aparecida Muniz Pereira, Ademar Marcelo Soares, Julio Theodoro Moraes, Marineusa Gimenes, Sonia Mara Maçaneiro, Nelson Renato Esteves, Martha Maria Vieira de S A Artilheiro, Maria Leonora Rossi, Miriam Hoffmann Rodrigues, João Fábio Salles da Silva, Denise da Silva Gava, Mario Bruckheimer, Elza Olegini Bonassa, Antônio Carlos Fernandes Vieira, Julio Manoel Maria, Sérgio Sant'anna, Elenice de Fatima Correa Krüger, Jorgete Onohara, Maria Emília Vieira Fernandes, Marli Lipinski Wuff, Roberto Tavares, Nelson Antonio de Souza, Mario Ivo Maiochi, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Silvia Mara da Costa Fischer, Otávio Budal Arins, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Euclides Paterno, Reginaldo Herculano de Melo, José Martins, José Declarindo dos Santos, Josafá Távora**, dois representantes dos conselhos locais de saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, do IELUSC, da Gerência da Unidade de Vigilância em Saúde, do Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC, do CONSEAN e do CAPS II .